

DISPUB A
19/1/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 Comissão de Apoio às Comissões
 CACD/LG
 Nº 669103
 a/Sede n. 29 Data: 11.01.2021

Rejeitado ve reunião de CACD/LG de
 13.1.2021, com votos contra do PS e
 de Dep Niue Joacine Katar Moreira,
 DEPUTADO ÚNICO
 a favor de PSD, CDS-PP, BE, PAN e
 a abstenção do PCP, ve ausência
 do DURP do CH

Excelentíssimo Senhor Presidente
 da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
 Deputado Luís Marques Guedes

Assunto: Requerimento para audição, com carácter de urgência, de Miguel Romão

Tendo-se tornado público que o Governo incluiu informações falsas no currículo do Procurador Europeu português José Guerra enviado às instâncias europeias, depois de um comité de peritos ter considerado Ana Carla Almeida a melhor candidata para o cargo, todo o processo de nomeação do procurador português junto da nova Procuradoria Europeia perdeu credibilidade e comprometeu, por isso, a sua transparência.

Em consequência, o então Diretor-Geral da Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ) apresentou a sua demissão invocando a responsabilidade e a ética republicanas, o que saudamos. O mesmo informou, no comunicado que tornou público, que a Ministra da Justiça tinha conhecimento do conteúdo integral do currículo do procurador José Guerra, tendo o conteúdo da carta com informações falsas enviada à União Europeia sido preparado na sequência de instruções recebidas do Gabinete da Ministra.

Trata-se de uma informação bastante grave, que importa apurar, pois coloca em causa o comportamento do Ministério da Justiça e, em especial, da sua máxima responsável, a própria Ministra da Justiça. É, por isso, do máximo interesse público apurar a verdade dos factos e todas as responsabilidades neste caso. Importa saber o que tem o ex-Diretor-Geral da Política de Justiça a dizer relativamente à atuação do Ministério da Justiça, nomeadamente se este sabia, ou não, das informações falsas prestadas e, sobretudo, se as prestou com intenção, desprezando o mérito e discriminando com base em conveniências políticas.

Nestes termos, o Deputado único da Iniciativa Liberal requer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias promova a audição urgente de Miguel Romão, ex-Diretor-Geral da Política de Justiça. Requer ainda o deputado que, no caso de aprovação do Requerimento, e embora não integre a referida Comissão, lhe seja conferida a possibilidade de assistir e intervir na mesma.

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2021

O Deputado
João Cotrim Figueiredo